



KPMG Corporate Finance Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105
Torre A - 10º andar
04711-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 3940-1500
Fax 55 (11) 3940-1501
Internet www.kpmg.com.br
E-mail omendonca@kpmg.com.br

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE
FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO
PAULO/SP.**

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Processo nº 1103257-54.2019.8.26.0100

KPMG CORPORATE FINANCE LTDA., nomeada como Administradora Judicial nos autos da RECUPERAÇÃO JUDICIAL de **Renova Energia S.A. e Outras (“Recuperandas” ou “Grupo Renova”)**, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, apresentar Relatório de Acompanhamento da Recuperanda.

Notas Relevantes

Esta Administradora Judicial, no cumprimento das suas obrigações estabelecidas na Lei 11.101/05, apresenta o relatório que reúne e sintetiza os diversos dados, documentos e informações que teve acesso na execução dos seus trabalhos, durante a consulta realizada com a Recuperanda.	Art. 22 Lei 11.101/05
Realizamos consulta com a Recuperanda visando verificar suas atividades	Art. 22 Lei 11.101/05 inciso II, alínea 'a'
A consulta foi realizada por um dos seguintes meios: telefone e/ou videoconferência	<p>Recomendação nº 63 de 31/03/2020 - <i>"Recomenda aos Juízos com competência para o julgamento de ações de recuperação empresarial e falência a adoção de medidas para a mitigação do impacto decorrente das medidas de combate a conta min ação pelo novo corona vírus causador da Covid-19"</i></p> <p><i>"Art 5º. Recomendar a todos os Juízos com competência para o julgamento de ações de recuperação empresarial e falência que determinem aos administradores judiciais que continuem a realizar a fiscalização das atividades das empresas recuperandas, nos termos da Lei nº11.101 de 9 de fevereiro de 2005, de forma virtual ou remota. e que continuem a apresentar os Relatórios Mensais de Atividades (RMA), divulgando-os com sua s respectivas páginas na Internet."</i></p>

Consulta realizada de forma virtual/remota

1. Em razão do momento de Quarentena que estamos passando esta Administradora Judicial está realizando contatos de forma virtual junto as Recuperandas, e vem por meio desta buscar dar estas informações aos credores, juiz e promotor que fazem parte deste processo de Recuperação Judicial.
2. A Portaria nº 188 do Ministério da Saúde, datada de 03/02/2020, declarou estado de calamidade pública por conta da pandemia do Corona Vírus (COVID-19). Em 20/03/2020 o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 454 que declarou em todo o território nacional o estado de transmissão comunitária do Corona Vírus (COVID-19).
3. A Lei Federal nº 13.979, de 06/02/2020, ao dispor a respeito das medidas para o da transmissão comunitária do Corona Vírus (COVID-19), incluiu a quarentena (art. 2º, II), a qual abrange a *“restrição de atividades [...] de maneira a evitar possível contaminação ou propagação do corona vírus”*;
4. Por sua vez, o Governo do Estado, por meio do Decreto nº 64.994 de 28/05/2020 decretou quarentena no Estado de São Paulo até o dia 15/06/2020.

Informações obtidas com as Recuperandas

5. Em contato com o gerente de controladoria e gestão de energia das Recuperandas, Sr. Eduardo Fucs, obtivemos a informação de que a Renova permanece com suas atividades operacionais.
6. Sobre a continuidade nos negócios, em 12 de março de 2020 a empresa Chipley SP Participações S.A. recebeu a quantia de R\$ 52.5 milhões proveniente aos dividendos da Brasil PCH S.A., quantia esta que será utilizada para manutenção das atividades da empresa e suas controladas, conforme manifestação apresentada neste processo às fls. 16.128/16.130.

7. Em complemento, por meio de comunicado ao mercado, informou que no dia 28 de maio de 2020 a Brasil PCH S.A. em conjunto com sua controla indireta São Joaquim Energia S.A., ambas empresas não relacionadas na Recuperação Judicial, declararam retorno à operação comercial da Unidade de Geração nº 02 da PCH São Joaquim, conforme publicação do Despacho nº 1.491, de 27 de maio de 2020 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica “ANEEL”.
8. No que diz respeito aos empregados fomos informados que estão trabalhamos todos em formato de home office, bem como, os profissionais atuantes nas operações. Só se direcionam ao local, em casos esporádicos, conforme extrema necessidade.
9. Foi esclarecido que até o momento não houve necessidade de dispensa de empregados por conta da pandemia do Covid-19. Confirma que houveram algumas demissões neste período, porém em decorrência da estratégia de reestruturação organizacional da Companhia.
10. Sendo o que tínhamos a relatar, permanecemos à disposição desse Douto Juízo

Termos em que,
pede deferimento.

São Paulo, 8 de junho de 2020.

KPMG Corporate Finance Ltda.
Administradora Judicial
Osana Mendonça
OAB/SP 122.930